

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 1996, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336.**

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil, novecentos e noventa e seis, no 14º. andar da Secretaria Municipal de Saúde, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, o Secretário Geral do Conselho, Jader Campomizzi dá início a reunião fazendo a leitura da seguinte pauta: 1- Informes; 2- Discussão e votação do Relatório de Gestão; 3- Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, como item da V Conferência Municipal de Saúde; 4- V Conferência. Como primeiro informe, o senhor Valdir Margarida, Coordenador da Comissão Local de Saúde da Policlínica Bethânia, expõe a reivindicação da comunidade de não transferir para o PAM Campos Sales os serviços da Policlínica, segundo ele, anteriormente aprovado e as negociações feitas com o Distrito para recolocar o assunto em discussão. Outro representante da comunidade fala que se houve a aprovação não foi do conhecimento das comunidades da área de abrangência da Policlínica, que sendo uma conquista da comunidade não seria possível que esta aprovasse seu desmantelamento. Passa às mãos da mesa abaixo-assinado da comunidade contendo, segundo ele, 1720 assinaturas, no sentido da continuidade da Policlínica e, se possível, sua ampliação para que continue sendo um posto de atendimento de urgência/emergência. Jader lembra que esse assunto não é item de pauta, são apenas informes e será aberto espaço para propostas de encaminhamento. Dra. Terezinha, diretora do Distrito Sanitário Oeste, fala que no OP/93 para 1994, foi iniciada a discussão de aproveitamento de uma área física mais adequada para instalação de uma unidade de urgência/emergência na região. Na ocasião foi aprovada a reforma do PAM Campos Sales para cumprir esta finalidade. Dá outros esclarecimentos sobre as discussões que vinham sendo feitas e os rumos que tomaram depois de uma plenária realizada no dia 1º. de abril. Diz que a questão envolve toda a comunidade da regional Oeste e não apenas o conselho local da Policlínica. Jader propõe que, respeitando todas as instâncias deliberativas do Controle Social, a discussão seja remetida ao Conselho Distrital Oeste e, caso haja necessidade, se remeta posteriormente para deliberação do Conselho Municipal. A conselheira Adélia, adenda a proposta no sentido de que o Conselho Distrital encaminhe, após fazer a discussão, relatório ao Conselho Municipal que facilite uma avaliação e, se possível, que um representante do Conselho Distrital venha pessoalmente expor sobre a discussão feita naquele Conselho. Jader fala que essa discussão deveria ter sido feita na recente Conferência Distrital, o que não ocorreu. A conselheira Fátima, propõe que o Conselho se posicione e questione sobre o fato do pessoal da comunidade estar presente e voltar sem nenhum indicativo. Jader, fala que os representantes da Comissão Local sabiam que não haveria discussão do assunto, sendo colocado como informe. A conselheira Lídia, fala que vai adendar as propostas dos conselheiros Jader e Adélia, colocando duas questões e solicita que conste da presente ata. Primeiro, que junto com a reunião do Conselho Distrital, houvesse também, uma reunião das Conforças da Oeste, porque, salvo engano, essa decisão foi tomada no OP/93 e OP/94 e, portanto, é acompanhada pela população que elegeu seus delegados, seus fiscais, para acompanhar a elaboração e a execução desta obra e desta decisão e que gostaria

de um posicionamento das Conforças a respeito dessa mudança de posição. Diz que, em segundo lugar, quer levantar duas questões para os conselheiros presentes: todo ano quando é elaborado o orçamento da saúde é aprovado o orçamento dos OPs que foram discutidos e deliberados pela população, o que significa que essa decisão foi aprovada pelo Conselho e também faz parte dos orçamentos deste Conselho. Diz que, uma segunda questão, é que em relação a aprovação, significa uma abertura para mudança de uma posição que já foi tomada, pois, quando o Conselho votou os orçamentos 94/95 e 96, incorporam nas propostas da saúde as propostas dos OPs, como decisão tirada deste Conselho. Diz que gostaria que tudo isso fosse levantado, inclusive, do ponto de vista de datas porque no dia 20 de setembro foi incorporado nos documentos e gostaria que viessem as decisões do OP também para análise frente ao Conselho. Diz que com relação a composição, não interessa quem esteja, o que interessa é que o Conselho tenha uma vida cotidiana e tome suas decisões no tempo hábil, principalmente, com coerência. Jader lembra que não está sendo discutido o mérito da questão, somente encaminhamentos. Outro representante da comunidade fala que se o assunto foi votado no Orçamento Participativo, muitas pessoas que participaram não estavam sabendo da transferência. Solicita que o processo seja revisto sendo tomadas decisões viáveis, mais coerentes e com a população à frente. O conselheiro João Athaide reafirma que a discussão deve ser esgotada na região antes de apreciação do Conselho Municipal. O conselheiro Geraldo Magno, fala que deve ser dado ouvidos à comunidade, fazendo a discussão na região e voltando ao Conselho. Uma representante da comunidade, fala que estão reivindicando o direito da comunidade de decidir sobre o serviço que lhe interessa e desde que a comunidade seja ouvida será acatado o que for decidido com participação, questiona que a retirada dos dentistas foi feita contra deliberação da comunidade. Jader, esclarece sobre quais as instâncias populares que deliberam no SUS e informa que, no caso dos dentistas, o Conselho Municipal se posicionou favoravelmente a retirada deles das escolas. O conselheiro Orivaldo defende que o Conselho tome uma decisão em respeito aos representantes da comunidade presentes à reunião. O senhor José Ângelo, da comunidade, diz que participou de todos os encontros de Orçamento Participativo e a pauta que viu tinha a ampliação do PAM Campos Sales e não a retirada da Policlínica e defende a continuidade dos serviços de emergência no local, mesmo que mude o nome. Jader coloca que são duas propostas de encaminhamento: 1- que seja discutido e votado um indicativo do Conselho; 2- que a discussão retorne ao Conselho Distrital, este mandaria um representante e relatório, além de ser promovida também reunião das Conforças. Tendo relatório sobre todas as discussões, o Conselho Municipal, num segundo momento, voltaria a discutir o assunto. O conselheiro Geraldo Carvalho, reafirma a proposta de retorno aos fóruns da região, com a participação de representantes do Conselho. Jader coloca que continuam sendo duas propostas com o último adendo apresentado. A conselheira Fátima, retira a proposta de discussão e votação, substituindo-a por “suspensão da mudança da Policlínica, até que todos os fóruns tenham rediscutido a questão”. Dra. Terezinha, fala que a mudança não será imediata e vai dar tempo de fazer toda a discussão antes dela se concretizar. Jader lê proposta que forme consenso: A discussão volta ao Conselho Distrital de Saúde - reúne-se as Conforças - junta-se relatórios destas reuniões - comissão do Conselho Municipal de Saúde acompanha toda essa discussão - volta-se ao plenário do Conselho Municipal de Saúde para posterior decisão, enquanto isso, não se muda a Policlínica. A conselheira e Secretária Adjunta, Lídia Matta Machado, levanta questão de esclarecimento e coloca que essa não é apenas questão da área de saúde, porque a reforma do PAM Campos Sales foi aprovada pelo

fórum setorial, defende que não interrompa o processo. Jader coloca que são duas propostas: 1- Cumpra-se todo o processo de discussão com paralisação do processo de mudança; 2- Todo o processo de discussão sem interromper todo o processo. O conselheiro Ivan, fala que, no seu entendimento, não existe proposta de suspender a mudança. Jader propõe duas defesas, uma para cada proposta. Dra. Lídia, defende que não se paralise o processo, alegando que a paralisação pode inviabilizar um cronograma já estabelecido, inclusive o serviço do PAM. A conselheira Fátima, defende que paralise a mudança, sem interromper as obras do PAM, o que fica paralisado até nova discussão em todas as instâncias é o processo de mudança dos serviços da Policlínica para o PAM. Jader, coloca que as propostas são semelhantes quanto aos fóruns de discussão, relatórios e continuação das obras do PAM, a diferença entre as duas é: Proposta 1- Não desativar a Policlínica até a rediscussão e deliberação definitiva; 2- Não inclui a paralisação do processo de desativação. A conselheira Maria de Lourdes, propõe que se faça a discussão em 15 ou 30 dias. Jader propõe que seja dado um prazo para toda a discussão até o dia 02 de maio, data da próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Após discussão ficou marcada, por consenso, a data de 16 de maio para deliberação definitiva do Conselho Municipal de Saúde, após todo o processo de discussão. A seguir a conselheira Adélia, informa sobre dificuldades surgidas para o convênio entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Universidade Federal de Minas Gerais, envolvendo o Hospital das Clínicas, sobre as quais conversou com Dr. César Campos, Secretário Municipal de Saúde por solicitação da diretoria do Hospital das Clínicas. Questiona o fato de a Secretaria estar estudando o redimensionamento do convênio o que, na sua opinião e da direção da Universidade, pode vir a inviabilizar o atendimento do Hospital das Clínicas, além de descaracterizar o convênio na forma que o Conselho aprovou. Diz que a direção do hospital está aguardando uma resposta. O conselheiro Geraldo Magno, fala que tem a sensação de estar sendo manipulado, pois quando o Conselho aprovou o convênio, parecia estar tudo acertado. A conselheira Maria de Lourdes, questiona que a discussão esteja sendo feita sem a participação da direção do Hospital das Clínicas e propõe que se reúna todas as partes envolvidas para acerto definitivo. A conselheira Adélia esclarece que foi procurada formalmente pela direção do Hospital das Clínicas, como conselheira representante da Universidade para que trouxesse o problema ao Conselho e foi nessa condição que conversou com o Secretário, Dr. César. Concorda com a proposta da conselheira Lourdinha. A conselheira e Secretária Adjunta, Dra. Lídia, propõe que a proposta de convênio seja encaminhada a todos os conselheiros e diz que estranha a posição do Hospital das Clínicas, pois não são 300 mil para 150 leitos, é este valor, mais a fatura dos 150 leitos. Estes 300 mil são o máximo que a Secretaria poderia dar e qualquer recurso adicional significaria corte do custeio. O conselheiro Orivaldo, critica a posição do Hospital das Clínicas e defende que a questão seja rediscutida. A conselheira Warlene, coloca que entendeu que o Convênio foi aprovado pelo Conselho ficando para as partes a definição dos valores. O conselheiro Jader, esclarece que desde o início da discussão houve diferença de valores e o que ficou aprovado é que se tentaria compatibilizar o possível com o necessário. O Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Dr. César Campos, fala que o Conselho aprovou na forma colocada pela conselheira Warlene e desde o início foram feitas reuniões com a Câmara Técnica de Financiamento e ampliada da mesa com a Câmara Técnica de Municipalização e colocada a proposta para o Hospital das Clínicas calculada no atendimento inicial de Pronto Socorro que atenderia cerca de 300 pessoas por dia, mais 150 leitos de retaguarda. A disponibilidade financeira seria de três milhões de reais, mais setecentos mil que

seriam pagos imediatamente, além da mensalidade de trezentos mil reais e a produtividade, com a previsão destes valores serem revistos em três meses. Diz que pretendem assinar o Convênio na segunda feira e fará novas propostas para negociações no sentido de se chegar a um acordo. Diz que os encaminhamentos estão rigorosamente de acordo com o que foi votado no Conselho. O conselheiro José Bonifácio, informa que os servidores públicos federais estão a partir desta data em greve por tempo indeterminado, porém os hospitais universitários se manterão em funcionamento, discutindo com os usuários a atual situação destes hospitais. Denúncia que o hospital está recolhendo currículos de pessoas para contratação, sem concurso público. O conselheiro Evaristo Garcia propõe que seja feita a placa em homenagem ao senhor Erotides. Dá informes da Comissão tirada no Conselho para ajudar os trabalhadores sem terra. A conselheira Warlene, convida para inauguração da nova sede do Distrito Sanitário Pampulha e posse do Conselho Distrital na sexta feira, às 16:30 horas. O conselheiro Geraldo Carvalho, informa que no dia 18, às 15 horas haverá audiência com o Secretário Estadual de Saúde, para discutir o Pronto Socorro Venda Nova. A conselheira Maria Josefina, convida para churrasco do Conselho, dia 04 de maio. A seguir, no ponto de pauta sobre o Relatório de Gestão e avaliação da Secretaria, é passada a palavra ao Secretário Municipal, Dr. César Campos, que faz a apresentação do trabalho executado pela Secretaria nos últimos três anos. Diz que a proposta da atual administração foi basicamente a implementação do Sistema Único de Saúde no município. Relata como se deu o processo de regionalização anteriormente, assim como a transferência da rede básica para o município. Diz que o município havia assumido a gestão dos serviços de saúde sem a necessária contrapartida do Estado e recebendo como simples prestador de serviços da União. Fala das dificuldades enfrentadas no início pela insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos. Utilizando transparências, apresenta os projetos implementados objetivando a mudança de modelo e construção de uma nova prática sanitária. Coloca as prioridades estabelecidas pela Secretaria: Combate a mortalidade infantil e urgência/emergência, detalhado as diversas ações desenvolvidas nestes dois campos, com medidas que alcançaram todas as áreas de atuação da Secretaria. Diz que quanto ao relatório de gestão que deve ser aprovado pelo Conselho, os três eixos de seu conteúdo seriam a apresentação dos resultados alcançados quanto à execução do Plano Municipal de Saúde, avaliação da programação físico-financeira da Secretaria e do Município e avaliação dos quantitativos financeiros aplicados no setor saúde em Belo Horizonte. Fala sobre os itens destes três eixos que o Conselho já vem acompanhando e o que a Secretaria está executando. Presta esclarecimentos detalhados das obras de construção e reforma de unidades realizadas nessa gestão. Informa sobre o trabalho realizado no tratamento e prevenção de AIDS, no Projeto Vida e nas áreas de Zoonoses e Vigilância Sanitária. Mostra os números alcançados na informatização da rede e coloca que a Secretaria pretende informatizar até o final da gestão, 40 Centros de Saúde, além de todos os PAMs. Fala da municipalização do Hospital Júlia Kubitschek, cuja concretização depende do Governador do Estado. Nos projetos encontra-se ainda assumir o Controle e Avaliação dos hospitais da rede FHEMIG. Informa que foi conseguida a inversão na relação de gastos ambulatorio/hospital e o SUS que antes gastava mais com internações passou a gastar mais em procedimentos ambulatoriais. Fala dos avanços ocorridos com a municipalização da Central de Marcação de Consultas e Central de Leitos. Sobre o Controle Social, demonstra que o número de Conselhos Distritais aumentou de 2 para 9 e as Comissões Locais de 20 para 98 desde o início da atual administração. Mostra a evolução dos recursos percentuais gastos pela Prefeitura Municipal

de Belo Horizonte em saúde: 8,47% em 1991, 8,73% em 92, 13,09% em 93, 14,05% em 94 e 13,87% em 1995. Fala que apesar dos recursos escassos e outras dificuldades, estão sendo executados projetos prioritários sem prejuízo de outros que também evoluíram. Diz que para dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido é imprescindível a contratação de pessoal em torno de 1000 a 1200 pessoas. Aberta a palavra ao plenário, o conselheiro João Athaide, fala da importância de ser dada continuidade a implantação do SUS, diz que com o aumento do desemprego, o governo federal é o maior responsável pelo aumento da demanda da saúde. O conselheiro Evaristo Garcia, também fala da importância do SUS e faz comentários sobre a UAPU Venda Nova e a audiência que será feita com o governador. Propõe que seja convidado o Delegado Regional do Trabalho para expor sobre projeto de ensino profissionalizante. O conselheiro Geraldo Carvalho fala dos problemas da Central de Marcação de Consultas e diz que existem pessoas esperando há dois meses pela marcação de uma consulta, pede que se tome uma providência sob pena de perda da credibilidade. A conselheira Warlene, faz uma avaliação positiva da gestão atual e pergunta se será apresentado um relatório aos delegados da V Conferência. O Secretário, Dr. César Campos, informa que será apresentada uma tese da Secretaria Municipal de Saúde contendo todas as informações que prestou. A conselheira Maria Josefina, pergunta se foi pensado, ou já existe na rede algum tipo de medicina alternativa. O conselheiro Antônio Carlos, fala de sua satisfação em ter sido implementado o serviço de assistência à saúde mental de zero a dezoito anos no Barreiro, conquista pela qual lutou desde que iniciou sua participação no Conselho. Agradece ao Conselho e a Secretaria por ter sido criado esse serviço. O conselheiro Ivan, fala da constatação de que houve grandes avanços, no entanto, muitos são os problemas e coloca que quatro anos não são suficientes para resolvê-los todos. Diz que ficou demonstrado que é possível uma administração pública eficiente e democrática. O participante Eduardo, propõe que sejam socializadas as informações passadas com instrumentos didáticos como cartilhas, etc. de forma a que a apresentação feita ao conselho seja levada a outros fóruns. O conselheiro Jader, fala que são duas discussões: O relatório de gestão que o Conselho tem obrigação legal de apreciar e a avaliação da secretaria. Sobre a avaliação, reforça a posição de que o tempo é curto para a execução do projeto, mas coloca sua opinião contrária à reeleição. Quanto ao Relatório de Gestão, coloca que a apresentação feita pelo Dr. César refere-se ao período até dezembro/95 e propõe que o Conselho o aprove, faz uma ressalva pelo fato de não ter sido apresentado o plano de saúde, no qual o Conselho deveria se referenciar para analisar o Relatório. Diz esperar que para o próximo ano, a Secretaria tenha elaborado o Plano de Saúde, que também é exigência legal. Pede que sua ressalva conste em ata. Dr. César, respondendo às questões colocadas, fala que faz parte do projeto a implantação de práticas alternativas e foi feito um congresso sobre o tema em Belo Horizonte, embora o projeto não tenha sido implementado. Fala que existem na rede dez profissionais que atuam nessa área, mas não estão inseridos no projeto. Jader pergunta ao plenário se concorda em votar o Relatório de janeiro a dezembro, baseado na apresentação feita pelo Dr. César quanto aos três últimos meses. Havendo acordo, pergunta ao plenário se há consenso para a aprovação. Não havendo nenhuma posição contrária foi considerado aprovado o Relatório de Gestão, por consenso. Dr. César, se refere a fala do Eduardo e coloca sua disposição em fazer essa apresentação em cada distrito, após a V Conferência e diz que seria interessante a participação de alguns conselheiros. No ponto de pauta sobre a V Conferência, Jader, propõe que o Conselho indique um conselheiro para fazer parte da mesa de abertura do evento. Foram indicados os conselheiros Evaristo Garcia e

Orivaldo. Após breve discussão sobre o conteúdo do discurso a ser feito, o conselheiro Orivaldo retirou o seu nome, ficando indicado o conselheiro Evaristo, que irá discutir com outros conselheiros o conteúdo de sua fala. Jader propõe um nome também para estar na mesa durante o debate pré-conferência que será realizado no dia 18/04, no IMACO. O indicado foi o conselheiro João Athaíde. A seguir Jader informa que a Comissão Organizadora está propondo prorrogar o prazo de inscrição até o dia 24/04 às 12:00 horas, o que depende de aprovação do plenário que, por consenso, aprova. Jader lê um documento de alguns sindicatos sobre a composição do Conselho em que se propõe que a V Conferência Municipal de saúde eleja o Conselho dentro da nova composição definida no projeto de lei. A conselheira Warlene, pede esclarecimento sobre os representantes do governo. Jader esclarece. O conselheiro João Athaíde, coloca sua posição contrária a qualquer mudança que ponha em risco a legitimidade do Conselho. Jader, propõe que se eleja o Conselho dentro de lei atual e se dê um prazo ao Prefeito para encaminhar o projeto ao legislativo municipal. Paralelamente seriam eleitos conselheiros de acordo com o proposto na nova lei. A conselheira Adélia, coloca que a Lei nº. 8.142, já exige a paridade e sendo Lei Federal é superior. Pergunta se não seria possível utilizar esse argumento para eleger os conselheiros dentro da paridade. Jader esclarece que a Lei nº. 8.142, só se refere à exigência de paridade dos usuários em relação aos demais segmentos. O conselheiro Ivan, defende que não se eleja o Conselho fora do que está estabelecido na Lei em vigor. Eduardo, critica o fato de as pessoas que fizeram a proposta não estejam presentes para fazer a discussão. Apoia a aprovação ainda na Conferência de uma Resolução que force o executivo a encaminhar o Projeto de Lei à Câmara. Jader fala que a discussão está lançada e será fechada durante a Conferência. A seguir passa informe sobre convite da Comissão de Saúde da assembléia para reunião, dia 18/04, no plenarinho, onde alguém do Conselho deverá falar sobre a V Conferência. São indicados para representar o Conselho, os conselheiros Jader e Orivaldo. a seguir, Jader informa que a votação da ata da reunião extraordinária realizada no dia 22 de fevereiro não foi, por lapso, incluída na pauta. Pergunta ao plenário se existe alguma retificação e não havendo, propõe a aprovação por consenso. Com a concordância do plenário foi aprovada a ata. Em seguida, Jader informa que está sendo aberta às 19:00 horas, a discussão do Orçamento Participativo/97e faz proposta de que representantes do Conselho compareçam e garantam Fórum Setorial específico para a Saúde, nos moldes do OP/94, que em termos de valores, seja superior ao de 1994, sendo no mínimo, proporcional ao aumento da arrecadação do município no período. Por consenso do plenário, a proposta foi aprovada. Às 19:00 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, foi lavrada a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Presidente do Conselho e pelo Secretário Geral.

Belo Horizonte, 16 de abril de 1996.